ISSN 2177 - 9309 https://doi.org/10.51359/2177-9309.2024.263872

em teia
Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana

Universidade Federal de Pernambuco

ISSN 2177-9309
Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica
EDUMATEC

USO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA

Use of the computer laboratory in the education of youth and adults with disabilities

Maria Aparecida Ramos de Jesus
Mestre em Educação Inclusiva
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Pará – Brasil
cidaramos@unifesspa.edu.br
https://orcid.org/0009-0006-2706-7231

Ronailde Lima Silva
Mestre em Educação Inclusiva
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Pará – Brasil
ronailde.lima@unifesspa.edu.br
https://orcid.org/0009-0000-2105-8568

Ana Clédina Rodrigues Gomes
Doutora em Educação Matemática
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – Brasil
ana.cledina@unifesspa.edu.br
https://orcid.org/0000-0002-7152-4237

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar como está sendo o uso do laboratório de informática - LABIN na Educação de Jovens e Adultos - EJA com deficiência intelectual em uma escola pública da rede de ensino do município de Marabá-PA. A pesquisa é de cunho qualitativo. A metodologia utilizada para realização da pesquisa, foi a coleta de dados por meio de entrevista. A fundamentação teórica se baseou em autores como Baladeli; Barros; Altoé (2012), Kassar (2011), Leal (2021), entre outros teóricos, além da leitura de documentos oficiais concernentes às temáticas da Educação Especial e à informática na educação básica. Com a pesquisa pode-se constatar que o LABIN da referida escola está desativado desde o ano de 2018, quando deveria ser de apoio aos professores e estudantes. O uso do LABIN deve ser repensado para todos os alunos, assim como a inclusão dos alunos com deficiência intelectual, pois é um espaço propício para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, através da utilização de softwares, aplicativos, sites de busca de informação e laboratórios virtuais. Nesse sentido, o professor deve

utilizar esse espaço como apoio pedagógico para criar estratégias que alcance a todos, promovendo equidade educacional.

Palavras-Chave: Cibercultura; Educação Inclusiva; Escola Pública; Práticas pedagógicas; Recursos tecnológicos.

Abstract

The aim of this article is to analyze how the computer laboratory - LABIN - is being used in the Education of Young People and Adults - EJA with intellectual disabilities in a public school in the municipality of Marabá-PA. The research is qualitative. The methodology used was data collection through interviews. The theoretical foundation was based on authors such as Baladeli; Barros; Altoé (2012), Kassar (2011), Leal (2021), among other theorists, as well as reading official documents concerning the themes of Special Education and information technology in basic education. The research showed that the school's LABIN has been deactivated since 2018, when it should be supporting teachers and students. The use of LABIN should be rethought for all students, as well as the inclusion of students with intellectual disabilities, as it is a space conducive to improving the teaching and learning process, through the use of software, applications, information search sites and virtual laboratories. In this sense, the teacher must use this space as a pedagogical support to create strategies that reach everyone, promoting educational equity.

Keywords: Cyberculture; Inclusive education; Public schools; Pedagogical practices; Technological resources.

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo uma cibercultura, onde as tecnologias proporcionam subsídios para comunicação, informação e conhecimento. As pessoas vivem conectadas com o mundo, na nova dinâmica da sociedade da "informação e do conhecimento" (Adam Schaff, 1995, citado em Baladeli, 2012, p. 159) e a escola não pode ficar fora desse contexto, pois de acordo com Baladeli; Barros; Altoé (2012, p. 162), "A escola como espaço para disseminação de conhecimento historicamente produzido representa a primeira esfera de contato entre o sujeito e esse conhecimento científico". Em razão disso, a pesquisa traz como temática o uso do laboratório de informática na educação de jovens e adultos com deficiência intelectual.

No Brasil, a inserção das tecnologias nas escolas ocorreu no início da década de 70 (Straub, 2020), com a proposta do uso do computador, para provocar mudanças no processo de ensino e aprendizagem. A partir da década de oitenta houve um marco na história da implementação da informática na educação brasileira.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

Contudo, até o ano de 2012, às ações e políticas públicas no âmbito do PROINFO em parceria com diferentes instituições foram acentuadas. Após a extinção da Secretaria Especial de Educação a Distância (SEED), a qual foi criada em 1996 e extinta em 2011, o PROINFO passou a integrar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e à Secretaria de Educação Básica. Nesse período houve também diminuição de todas as ações até aqui expostas, inclusive na formação de profissionais da educação e implementação de laboratórios de informática nas escolas. "Apesar dos objetivos serem amplos, as estratégias sempre foram limitadas", devido ainda vermos o acesso a pesquisas pela internet pelos estudantes como inclusão digital (Bonilla, 2010, p. 45).

É importante destacar que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil iniciou desde o período colonial, cujo intuito era a exploração extrativista de ouro e pau-brasil, seguido da implantação de monocultivo em regime extensivo, como por exemplo: cana, fumo, algodão, dentre outros, com predomínio da mão de obra barata e escrava (Manfredi, 2002). "A história da educação de jovens e adultos – EJA no Brasil constitui-se em um movimento de luta social por direito e inclusão" (Silva, Marinho e Scalabrin, 2020, p.11).

A garantia de acesso aos jovens e adultos à educação foi tomando forma a partir das mudanças na modernização do espaço agrário no país. Uma grande massa passou a migrar para os centros urbanos, "forçando" a tomada de iniciativas significativas para a classe trabalhadora. Durante a década de 1960, com a aprovação da Lei nº 4.024/1961 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e logo em seguida, no ano de 1967, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, com a finalidade de alfabetizar funcionalmente a população e promover uma educação continuada e simplificada.

Outros acontecimentos históricos e importantes para a EJA, foi a criação da LDB nº 9.394/1996 que traz em seus artigos 37 e 38 o direito dos jovens e adultos quanto ao acesso à educação básica, pública e gratuita, com a importante ênfase, sendo de responsabilidade do estado a garantia ao acesso e permanência desses estudantes no âmbito escolar, de acordo com a demanda. O início da experiência com a integração da EJA e o ensino profissional no ano de 2003, possibilitou aos estudantes a continuidade

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

dos estudos e a aprendizagem profissionalizante durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A aprovação do MEC para a criação do FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, fez com que todas as modalidades de ensino passassem a ter direito sobre os recursos financeiros destinados à educação e o PNE - Plano Nacional de Educação, ser elaborado como estratégia institucional para desenvolver a educação do país no ano de 2014. “A EJA foi contemplada na meta 10 do Plano, que estabelece a elevação de, no mínimo, 25% das matrículas de EJA nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.” (Silva, et al, 2020, p.16).

Nos últimos anos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem recebendo um público que antes não fazia parte dessa modalidade. Tem crescido a matrícula nas escolas públicas de alunos com deficiência. Contudo, mesmo com o crescimento dessa demanda, de acordo com Lopes e Lino (2021, p. 3) “[...] a relação entre a EJA e a Educação Especial ainda não é um objeto de estudo privilegiado pelas pesquisas em educação [...]”. Contribuindo com uma lacuna ao relacionarmos o que diz a legislação sobre a garantia e direito à educação para todos, é o que diz a Lei nº 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim como a Resolução nº 02/2001 e Parecer nº 17/2001 do CNE/CEB que institui e aprova as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial da Educação Básica, e ainda a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2018).

A partir da Declaração de Jomtien (Tailândia), de 09 de março de 1990, considerada um marco das políticas educacionais, tendo como objetivo principal equidade de direito a aprendizagem, o texto disposto no Art. 4 dispõe “A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanente.” (UNESCO, 1998).

Com a política de “Educação Especial na perspectiva Inclusiva” do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). “[...] o Governo Federal opta pela matrícula dessa população em salas comuns de escolas públicas, acompanhado (ou não) de um atendimento educacional especializado, prioritariamente na forma de salas de recursos multifuncionais” (Kassar, 2011, p. 72). E com o Decreto 6.571/2008 e modificação das regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a política de “Educação Inclusiva” vai se

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

tornando corpóreo com a constituição e outros programas nacionais para o AEE – Atendimento Educacional Especializado.

Segundo Kassar (2011), após análise apresentada pela Secretaria Municipal de Educação Especial, a política de Educação Especial tem alcançado muitos objetivos. Contudo, é necessário olhar para a realidade das escolas, onde é possível, muitas vezes, visualizar os desafios que as instituições vêm enfrentando, pois, mesmo sendo cumpridas as exigências dos programas, como: "salas reduzidas, acompanhamento em salas de recursos, adequação do espaço escolar, formação de professores, acolhimento da escola etc." (Kassar, 2011, p. 72), ainda há muito a ser garantido aos estudantes com deficiência, inclusive em se tratando dos jovens e adultos da EJA.

Portanto, o problema de pesquisa desta investigação se instaura em como os professores da 1ª e 2ª etapa da Educação de Jovens e Adultos de uma escola pública de Marabá-Pará, estão utilizando o laboratório de informática na realização do trabalho pedagógico com deficiência intelectual.

A educação inclusiva como política pública, supõe que a escola tem o compromisso e capacidade de atender todos os sujeitos em suas necessidades específicas, contudo, acreditamos que o estado precisa proporcionar essa capacidade na prática, possibilidade para além somente do que a escola pode propor apenas com projeto político pedagógico, a identidade de cada sujeito inserido no espaço escolar e o objetivo de promover a aprendizagem de cada estudante.

Consideramos que a escola tem um papel primordial frente ao desafio de incluir e promover educação de qualidade para todos. A luta por igualdade e direitos das pessoas com deficiência estarem na escola, sendo atendidas em suas necessidades reais, precisam sair do papel, a luta continua, e a instituição escolar como dito anteriormente, é também compromisso da instituição escolar, e essa tem a capacidade de fazê-lo. Dessa forma, objetiva-se analisar como está sendo o uso do laboratório de informática pelos professores da 1ª e 2ª etapa da Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública de Marabá-Pará.

Para Ross (2002, p. 222), "A igualdade só é admitida na medida em que os homens possam ser iguais o bastante para que nenhum triunfe de maneira total sobre outro", essa é uma tarefa árdua da escola, romper com as barreiras não igualitárias e com as

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

discriminações sociais diante de sujeitos com deficiência, assim como demais sujeitos em situação de desfavorecimento.

MÉTODO

Para a realização da pesquisa optamos pelo método qualitativo. A pesquisa foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado, planejado previamente com questões flexíveis e passíveis de mudança, aplicadas a três professoras que atuam na EJA e na Sala de Informática da escola campo da pesquisa. Sobre isso, Ludke & André (1986) dizem que:

> Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica (p. 33-34).

Durante as entrevistas foram realizadas anotações consideradas relevantes para a pesquisa. Além das entrevistas, foi realizada leitura de documentos oficiais, visto como necessário para entender o teor desses documentos diante da política de inclusão, além de acervo bibliográfico como livros, periódicos, teses e outros para fundamentar a presente pesquisa. “Os documentos são fontes poderosas, que podem afirmar evidências e declarações para o pesquisador. Além disso, representam uma fonte natural de informação” (Ludke; André, 1986, p.39). Na sistematização da pesquisa foram utilizados os pseudônimos P1, P2 e P3, para garantir o anonimato das professoras entrevistadas da 1ª e 2ª etapa da EJA.

O lócus da pesquisa se deu no Município de Marabá-PA, devido ser este um dos principais espaços de estudos o qual o grupo de pesquisa em que as pesquisadoras fazem parte tem se dedicado nos últimos anos.

RESULTADOS

A partir da presente pesquisa, realizada em uma Escola pública na cidade de Marabá-PA, foi possível constatar que a escola possui laboratório de informática com computadores de mesa, porém, de acordo com os relatos das professoras P1, P2 e P3 o laboratório de informática não está sendo utilizado há pelo menos dois anos.

> P1 - O laboratório foi utilizado há bastante tempo. Existia um cronograma de atendimento das turmas e uma professora lotada nesse espaço. (Entrevista concedida dia 24 de março de 2019).

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

> P2 - Temos um laboratório de informática com máquina PC sem acesso à internet no ano de 2018, mas havia um programa da grade curricular que os alunos gostavam, pois era acessível e bem educativo. (Entrevista concedida dia 24 de março de 2019).

As professoras relataram que no ano de 2019 o LABIN ficou sem um profissional responsável lotado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), e as turmas passaram a utilizar o espaço uma vez por semana na projeção de vídeos que dialogavam com o conteúdo curricular específico da EJA. Segundo o relato da professora P2 o LABIN era utilizado como espaço para o ensino e aprendizagem dos estudantes da EJA e funcionava da seguinte forma:

> P2 - No ano de 2018 havia um dia da semana onde a professora de sala ministrava sua aula no laboratório um programa de acordo com os conteúdos trabalhados em sala de aula. (Entrevista concedida dia 24 de março de 2021).

A profissional responsável pelo LABIN até o ano de 2018, chamada pelo codinome P3 durante a pesquisa, foi remanejada para outro cargo na mesma escola. De acordo com P3, ela organizava o cronograma e planejava o atendimento das turmas da EJA. As professoras passavam os conteúdos para que ela preparasse as aulas no LABIN levando em consideração os assuntos trabalhados em sala de aula. Dessa forma, havia uma continuação, porém, não havia um planejamento conjunto para esse fim.

Ainda de acordo com P3 havia dois alunos com deficiência intelectual, porém as aulas no LABIN eram planejadas pensando nas especificidades deles, que na maioria das vezes não tinham acesso aos computadores, ficavam apenas observando os colegas desenvolvendo as atividades propostas.

É importante que os conteúdos trabalhados no LABIN tenham conexão com os trabalhados em sala de aula, para que a aprendizagem não seja descontextualizada. O planejamento deve alcançar a todos, ainda que alguns necessitem de atividades diferenciadas. “Estar próximo do aluno e entender melhor a sua realidade, seus interesses e anseios é fundamental e, de outro lado, o papel das tecnologias deve ser sempre de aliado e não de entrave” (Aviz, 2020, p.13). De acordo com as professoras P1, P2 e P3 havia um planejamento pedagógico pré-estabelecido entre elas (professoras de sala de aula comum e o professor responsável pelo LABIN).

> P1 - A professora do laboratório solicitava os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula comum, para em seguida planejá-los para o laboratório. (Entrevista concedida dia 24 de março de 2019).

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

> P2 - Tínhamos um horário semanal onde os alunos tinham acesso a um programa voltado aos conteúdos trabalhados em sala (entrevista concedida dia 24 de março de 2019).

Segundo a professora P3 muitos dos alunos não tinham acesso ao computador em casa e mesmo ampliando os assuntos trabalhados em sala de aula, o laboratório chamava atenção dos alunos por meio do "Programa Cultivar", melhorando o processo de ensino e aprendizagem.

Porém, também era um ambiente de exclusão, pelo fato de as máquinas não serem suficientes para todos os alunos acessarem as atividades, assim como também as atividades propostas não eram planejadas pensando nos alunos com deficiência intelectual. O LABIN era um espaço propício para instigar esses alunos a pensar e aprender tanto com o acesso à tecnologia, quanto com o convívio em grupo.

Segundo P3, a partir de 2019 a escola continuou oferecendo acesso ao LABIN e condições adequadas às turmas regulares, porém não estava disponível para os alunos da EJA. Contudo, a rede de ensino do município parece desconsiderar a importância desse espaço para um bom processo de aprendizagem para os alunos dessa modalidade de ensino.

Apesar das professoras P1 e P2 não estarem utilizando o LABIN como deveriam, com o apoio de um profissional e adaptando atividades para atender aos estudantes com deficiência, reconhecem que o uso das tecnologias pode contribuir positivamente nas suas práticas pedagógicas com a modalidade de ensino EJA.

> P1. Acredito que o laboratório tem uma das mais importantes ferramentas tecnológicas que é o computador, e isso é um grande atrativo para os alunos, pois os mesmos têm curiosidade em relação ao uso do mesmo. Esse atendimento deverá vir acompanhado através da professora da sala de aula comum juntamente com a professora do LABIN, subsidiado pelo planejamento pedagógico. (Entrevista concedida dia 24 de março de 2019).

> P2. É a inclusão digital, pois muitos não têm acesso a tecnologias. Se estivéssemos acesso tanto os professores como os alunos facilitariam a didática (entrevista concedida dia 24 de março de 2019).

Quando a escola faz o seu papel, dar a importância devida para todos os estudantes, não deve haver exceções, cada estudante deve ser alcançado pelo currículo em sua especificidade. É necessário olhar atento a todos e principalmente para não excluir o aluno com deficiência. Segundo a professora P2, na sua turma tem um aluno com

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

deficiência cognitiva, porém sem laudo médico. Em seu relato ela expõe suas principais limitações:

> P2. Ele tem dificuldade de interagir com os colegas, fala pouco, estuda desde criança, porém não avança na aprendizagem. As atividades são diferenciadas procurei atendê-lo individualmente (entrevista concedida dia 24 de março de 2019).

"A educação, quando adequadamente implementada, quando observada com a seriedade que ela merece, anula a barbárie, desfaz o preconceito, combate à desigualdade e a exclusão" (Leal, p. 35, 2021), e o uso do LABIN poderia favorecer as intervenções junto ao aluno com deficiência durante o trabalho remoto, com as tecnologias assistivas, pois há diversos aplicativos que facilitaria o acesso ao currículo do aluno com deficiência. "(...) Essas tecnologias permitem que pessoas com deficiência potencializem suas forças e demonstrem suas habilidades" (Somos, 2020, p. 11). Porém as professoras relataram que não utilizam o LABIN para nenhuma atividade.

(...) A utilização do Laboratório de Informática (LI) pode ser tomada como oportunidade de efetivamente incorporar a tecnologia na escola, abrindo um importante passo para a mudança da cultura escolar, essa implementação e organização dos espaços dos laboratórios nas escolas públicas despertam também a transformação do estudante para mais uma forma de adquirir conhecimento (Straub et al, 2020, p. 127).

Contudo, as professoras, ao serem questionadas sobre o uso do laboratório de informática para auxiliar nas intervenções junto aos alunos com deficiência, as duas entrevistadas se contradizem. A professora P1 responde o seguinte: "não tenho aluno com esse perfil" e P2 também responde "Não" para tal uso. Mas, de acordo com as professoras, o LABIN auxilia no aprendizado dos estudantes. Os profissionais concluem suas falas, dando sugestões para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da EJA. A professora P1 cita que "seria muito importante a utilização desse espaço pelos alunos e professores da EJA". A professora P2 fala com nostalgia sobre os anos que utilizava o espaço nas suas aulas: "Sinto saudades daquele tempo, pois os alunos se descontraem uns com os outros e vibravam quando acertavam as respostas. Voltavam a ser crianças" (entrevista concedida dia 24 de março de 2021).

Dessa forma, mudanças são necessárias no ensino e aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos no Município de Marabá. Muito precisa ser melhorado para que de fato os alunos tenham garantido o que lhes é de direito, uma educação de qualidade. Segundo

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

Leal (2021), mudanças essas que não necessariamente seja um esforço e responsabilidade somente da escola, mas também de todos, principalmente do poder público.

Uma problemática no ensino da EJA é a redução do número de profissionais e de espaços de apoio pedagógico, uma vez que não se mostraram à disposição dos estudantes. Assim, tanto a modalidade de ensino EJA como a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estão sendo desprovidas do acesso ao LABIN.

Para Leal (2021) a ausência do funcionamento desses espaços para atender os estudantes gera uma grande lacuna na aprendizagem. "[...] O denominado "terceiro turno", por vezes, carece de funcionamento de alguns ambientes, os quais são parte essencial da escola, como a biblioteca e o laboratório de informática, uma vez que o quadro funcional é reduzido no turno da noite [...]" (p.16). Dessa forma, os alunos ficam desassistidos do acesso, por exemplo, ao laboratório de informática e biblioteca/sala de leitura, tornando a aprendizagem desses alunos preenchida com leituras e atividades escritas, gerando mais uma vez a exclusão das pessoas com deficiência, partindo do princípio que essas atividades não são tão atrativas.

Com base na totalidade dos resultados alcançados com esse trabalho podemos ter a comprovação de que o LABIN da escola investigada não está sendo utilizado como espaço de apoio ao professor e aos estudantes, e que as professoras sentem a necessidade de fazer uso do espaço para auxiliar na aprendizagem dos jovens e adultos.

Contudo, compreende-se que comunidade escolar precisa ter a clareza que o laboratório de informática é um espaço com fins de apoio pedagógico. "A ênfase no processo de aprendizagem exige que se trabalhe com técnicas que incentivem a participação dos alunos, a interação entre eles, pesquisa, o debate, o diálogo; que promovam a produção do conhecimento". (Masetto et. al. 2006, p.143).

Sendo assim, sugere-se que os professores planejem suas aulas para a utilização do laboratório de informática de acordo com o conteúdo a ser trabalhado nas aulas, possibilitando aos alunos com deficiência a participação efetiva no processo, tornando as aulas mais lúdicas e interessantes, possibilitando aos estudantes outras formas de acesso ao conteúdo. Diversificar e adaptar as atividades para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, onde os alunos possam usar softwares, aplicativos, sites de busca de

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

informação, laboratórios virtuais. Com o novo formato da EJA, exige mais do professor, no sentido de criar estratégias que alcance a todos, promovendo equidade educacional.

CONSIDERAÇÕES

O perfil do público da EJA vem se reconfigurando dentro do espaço escolar. A cada dia o número de matrículas de alunos com deficiência vem se tornando significativo nas escolas. Carecendo dessa forma que a escola tome a posição de agente possibilitador de oportunidades. “A escola deve ser um lugar, acima de tudo, de transformação. Se esta, após anos de estudo, não ocorrer, significa que algo está falho, que alguma engrenagem no sistema se encontra com defeito” (Leal, p. 35, 2021).

No decorrer desse trabalho foi sublinhado a importância do uso do Laboratório de Informática na Educação de Jovens e Adultos, pelos professores de sala de aula comum, no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual.

Os resultados obtidos com os relatos das professoras demonstram que a escola possui um Laboratório de Informática equipado com máquinas PC, porém não tem acesso a internet banda larga e tampouco um profissional lotado pela Secretaria Municipal de Educação para o auxílio no uso do espaço. As professoras nomeadas como P1 e P2 relatam que já utilizaram o LABIN em 2018, e que nesse período havia um profissional que auxiliava no uso do espaço com os alunos e que havia um cronograma de atendimento com planejamento prévio e colaborativo entre os profissionais da sala de aula e profissional do LABIN.

Desses relatos, foi assinalado pelas professoras a importância do uso do espaço, porém, não fazem tal uso e desde 2019 ele era usado apenas como sala de vídeo ou momento cinema e que durante a pandemia o espaço se manteve fechado. Para tanto, em suas expressões demonstram sentir saudade do período em que, em suas práticas educativas, os alunos vibravam quando eram convidados a realizar atividades junto aos PC. Assim como torna-se necessário fazer uso do espaço para planejamento e aulas, até mesmo atendimentos individualizados com os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem e com deficiência. Para tanto, a professora P2 relata que tem um aluno com deficiência cognitiva e que o uso das tecnologias despertaria o interesse não somente deste, mas de todos os jovens e adultos. Sendo as tecnologias uma facilitadora no processo de ensino e aprendizagem dos alunos que possuem alguma limitação.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

“Pensar a educação brasileira a partir da perspectiva da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional tecnológica requer que estejamos dispostos a fazer um movimento interpretativo ainda maior [...]” (Leal, 2021, p.10), haja visto que a EJA tem em seu formato a integração à educação profissional tecnológica, nesse sentido, torna-se primordial e importante que a SEMED dê suporte aos profissionais, e que esses façam um movimento pedagógico, pois o público alvo de jovens e adultos da educação básica traz consigo conhecimentos pontuais, particulares e voltados para o trabalho. “A EJA, pelas suas especificidades, demanda ações que visam dar conta dessas particularidades, uma vez que o público dessa modalidade é essencialmente distinto dos demais, como o do ensino regular” (Leal, 2021, p. 16).

Portanto, se faz importante refletirmos sobre a modalidade EJA de acordo com as políticas públicas, considerando avanços e retrocessos no âmbito da garantia de direito ao acesso à educação, partindo do princípio que é uma modalidade que precisa de apoio e suporte, tanto quanto se discute tais questões acerca do que é oferecido para o ensino regular. Vemos como pertinente, devido à dimensão social, ética, cultural e política. Além de considerarmos os alunos da modalidade, sujeitos postilhões de saberes, que devem ser reconhecidos e dispostos como pontes entre os pares no ambiente de sala de aula.

REFERÊNCIAS

BALADELI, A. P. D.; BARROS, M. S. F.; ALTOÉ, A. Desafios para o professor na sociedade da informação. Educar em Revista, Editora UFPR, v. 28, n. 45, p. 155-165, jul/set. 2012. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/16619/19385. (Curitiba), Acesso em: 10 de agosto de 2022.

BANILLA, M. H. S. Políticas Públicas para a Inclusão Digital nas Escolas. Motrivivência, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 40-60, 2010. https://doi.org/10.5007/2175-8042.2010n34p40.

COUTINHO, C. P. TPACK: em busca de um referencial teórico para a formação de professores em tecnologia educativa. Revista Científica de Educação a Distância, Santos, v. 2, n. 4, p. 1-18, 2011. Disponível em: https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/view/197/193. Acesso em: 04 set. 2022.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GADOTTI, M., & ROMÃO, J. E. (Orgs.). (2001). Educação de Jovens e Adultos. Teoria, prática e proposta. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, p. 1-19, 2023. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/162692. Acesso em: 10 out. 2023.

LEMOS, A., & CUNHA, P. (orgs.). (2003). Olhares sobre a Cibercultura. Porto Alegre: Editora Sulina.

LOPES, G. C.; LINO, L. A. Educação de jovens e adultos e educação especial no contexto da educação inclusiva: confluências. Revista Científica Multidisciplinar, Ponta Grossa, v. 3, n. 5, p. 46-72, 2021. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusivaconflues. Acesso em: 20 nov. 2022.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. In: LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. (Org.). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. p. 23-44.

MASETTO, M. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (Orgs.). Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 133-173.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Informática na Educação. Brasília: [s.n.], 1997. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/ arquivos/File/pdf/proinfo diretrizes 1.pdf.

ROSS, P. R. Estado e Educação - Implicações do liberalismo sobre a constituição da Educação Especial e Inclusiva. Educar em Revista, Curitiba, v. 18, n. 19, p. 217-227, 2002. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2091. doi: 10.1590/0104-4060.256. Acesso em: 05 dez. 2021.

SANTOS, E. L. Os Desafios da Educação Pública Paraense na Perspectiva Do Professor PDE. Produções didático-Pedagógicos. 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uem_eunicelopesdossantos.pdf. Acesso em:

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional

SOMOS EDUCAÇÃO. Raio-x da Educação Inclusiva no Brasil: Um panorama da Educação Especial sob a perspectiva da inclusão no país. 2020. Disponível em: https://conteudos.somoseducacao.com.br/lp-e-book-raio-x-da-educacao-inclusiva-no-brasil?utm_source=site&utm_medium=materiais-educativos. Acesso em:

STRAUB, S. L. W.; SILVA, A. P. P.; OLIVEIRA, T. P.; STRAUB, J. L.; BRUGNERA, E. (Orgs.). Laboratórios de Informática das Escolas Públicas Estaduais Mato Grossenses: uma análise discursiva da realidade educacional. Cáceres: Editora UNEMAT, 2020.

Submetido em 07/08/2024.

Aprovado em 04/12/2024.

Este trabalho está licenciado com uma **Licença Creative Commons Atribuição (CC BY) 4.0 Internacional**